

A harmonia de interesses no ambiente econômico

Uma criança faminta, ao furtar uma fruta em uma quitanda, deveria ser imediatamente presa? Ou a lei da compaixão está acima da norma jurídica? Esse dilema ilustra como as normas institucionais e os sistemas jurídicos, por mais ordenados que sejam, nem sempre garantem o bom funcionamento da economia e da sociedade. Nem resolvem os paradoxos e dilemas que a realidade nos impõe.

Nosso sistema macroeconômico e suas regulamentações são estruturados sob a ótica da competição. As infrações às normas resultam em sanções, mas nem sempre essas sanções são proporcionais ao caso concreto ou ao benefício obtido por quem infringe as regras. Porém, será que construímos nosso tecido social apenas competindo? As grandes nações foram erigidas sob tensão e conflito interno? As grandes obras do espírito humano nasceram da competição e da luta por espaço de mercado?

Os gregos acreditavam que era a cooperação humana que possibilitava o enfrentamento e o domínio sobre a natureza. A ação coletiva permitia ao homem transformar o ambiente ao seu redor. Aristóteles, em sua doutrina política, expressa essa visão ao definir o ser humano como um “animal político”, naturalmente inclinado a se associar, cooperar e fundar instituições.

No século XIX, Henry Charles Carey, um economista norte-americano pouco conhecido do público geral, desenvolveu a ideia de harmonia de interesses. Carey defendia que os diferentes grupos sociais e setores produtivos de uma sociedade – e até mesmo as nações – podem coexistir de forma cooperativa, e não em conflito. Ele acreditava que, em condições econômicas justas e com políticas adequadas, seria possível alinhar os interesses de empregadores e trabalhadores, agricultores e industriais, economias desenvolvidas e emergentes, de forma que todos prosperassem simultaneamente. Para Carey, o verdadeiro desafio da economia era buscar esse equilíbrio, e não apenas vencer competições de mercado.

Essa visão de cooperação compartilhada por Aristóteles e Carey está alicerçada na ideia de que o progresso humano depende da harmonia entre interesses individuais e coletivos. Aristóteles argumentava que o homem só atinge sua plenitude vivendo em comunidade, onde a interdependência sustenta o bem comum e a estabilidade social. Carey trouxe essa lógica para a economia, sugerindo que setores como agricultura, indústria e comércio devem

- As normas jurídicas e institucionais não são aptas a resolver todos os paradoxos que são impostos pelo dia a dia.
- Será que construímos nossa civilização apenas competindo? A cooperação não é mais importante que a competição?
- O equilíbrio que harmoniza os interesses de setores produtivos, de patrões com empregados, países e tutti quanti é muito difícil, mas mesmo assim precisa ser buscado.



colaborar para gerar prosperidade mútua. Ele rejeitava a competição predatória e defendia que o progresso econômico depende de equilíbrio e justiça, onde todos contribuem e se beneficiam.

Essa perspectiva contrasta com a teoria escatológica de Karl Marx, que identifica os conflitos de classe como motores da história. Para Carey, uma economia bem estruturada tende à cooperação, e o crescimento econômico não precisa ocorrer às custas de um grupo. Ele via, por exemplo, a relação entre agricultura e indústria como essencialmente interdependente: a indústria local cria mercados para os produtos agrícolas, enquanto os agricultores fornecem matérias-primas e alimentos para o desenvolvimento industrial. Esse fortalecimento mútuo era, para ele, a base do progresso.

Carey também questionava o livre comércio irrestrito, argumentando que ele favorecia apenas as nações mais industrializadas, enquanto economias emergentes precisavam de proteção para se consolidarem. Ele via essa proteção não como um obstáculo, mas como um meio de alcançar um equilíbrio complexo, promovendo relações cooperativas entre agentes de mercado, Estados e cidadãos. Além disso, Carey acreditava que o progresso técnico e a expansão econômica poderiam reduzir desigualdades sociais ao longo do tempo, criando uma distribuição mais justa da riqueza.

Na prática, temos inúmeros exemplos em que a cooperação supera a competição. No Brasil, vimos uma grande mobilização para amparar o Rio Grande do Sul após as recentes enchentes, antes que oportunistas corressem para adquirir terrenos subvalorizados. Outro exemplo foi a união em torno do boicote ao Carrefour em defesa do agronegócio brasileiro.

Embora a economia tenha um aspecto competitivo – com disputa por espaços e compradores –, ela não se sustenta apenas nisso. Sem cooperação, moralidade e ética, o ambiente de negócios não consegue alcançar a estabilidade necessária para prosperar. Quando esses pilares são negligenciados, a economia degenera em um embate entre grupos predatórios, onde o jogo se resume a testar os limites da imoralidade do concorrente.

